

15. CRIMES PREVISTOS NO CÓDIGO DE TELECOMUNICAÇÕES

16. CRIMES DE RESPONSABILIDADE

16.1 Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967

17. CRIMES DE RESPONSABILIDADE EM SEDE DE ABUSO DE AUTORIDADE

17.1 Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965

18. LEI ANTITÓXICOS(Lei nº 6.368, de 21.10.1976)

19. CRIMES ELEITORAIS

20. CRIMES MILITARES

21. MEDIDAS APLICÁVEIS AOS MENORES

* * * *

*

DEPARTAMENTO DE DIREITO E PROCESSO PENAL

DISCIPLINA: DIREITO PROCESSUAL PENAL I

CÓDIGO: DIN 105

CARGA HORÁRIA: 60 horas/aula

CRÉDITOS: 4

P R O G R A M A

1. DIREITO PROCESSUAL PENAL - Considerações preliminares. Conceito. Caráter instrumental de suas normas. Objeto. Finalidade. Autonomia. Nomenclatura. Relações com outras disciplinas.
2. PRINCÍPIOS JURÍDICOS E POLÍTICOS DO PROCESSO PENAL - Considerações preliminares. Princípio da verdade real. Da indisponibilidade (legalidade ou obrigatoriedade). Do contraditório. Da iniciativa das partes. Da publicidade.
3. FONTES DO DIREITO PROCESSUAL PENAL - Conceito de fontes do direito. Classificação. Fontes formais diretas ou principais, indiretas ou secundárias, comuns e especiais. Principais fontes formais comuns e especiais do Direito Processual Penal Brasileiro. O problema dos Princípios Gerais do Direito, da Doutrina e da Jurisprudência.
4. EVOLUÇÃO DO DIREITO PROCESSUAL PENAL BRASILEIRO - Legislação processual penal anterior à Independência. A Constituição de 1824. O Código de Processo Criminal de 1832. Principais leis posteriores. A Constituição de 1891. A legislação processual penal estadual. A Reforma Constitucional de 1926. As Constituições de 1934 e 1937. O Decreto-Lei 167 de 1939. O Código vigente. A Constituição de 1946. A Lei 263 de 1948. A Constituição de 1967 e suas emendas. Os projetos de reforma do Código vigente.
5. INTERPRETAÇÃO DA LEI PROCESSUAL PENAL - Conceito de interpretação da lei. Necessidade da interpretação. Interpretação quanto às Fontes. Quanto aos meios. Quanto aos Resultados. Interpretação e aplicação analógica. O *favor libertatis*.
6. APLICAÇÃO DA LEI PROCESSUAL PENAL NO TEMPO - Princípio da imediatidade. Irretroatividade da lei processual. O problema da lei mais favorável. Questões

relacionadas à competência, à requisição do Ministro da Justiça, à representação do ofendido e à queixa.

7. APLICAÇÃO DA LEI PROCESSUAL PENAL NO ESPAÇO - Princípio da territorialidade. Conceito jurídico de território. Ressalvas do art. 1º do Código de Processo Penal. Imunidade diplomática e parlamentar. Infrações cometidas fora do território nacional.
8. SISTEMAS PROCESSUAIS - Notas históricas. Sistema acusatório: princípios predominantes, formas secundárias e principais defeitos. Sistema inquisitório: características, formas secundárias, vícios. Sistema misto: caracteres, vantagens. O Sistema adotado em nossa legislação.
9. POLÍCIA - INQUÉRITO POLICIAL - Conceito de Polícia. Espécies. Polícia Judiciária: conceito, atribuições. Inquérito policial: conceito, finalidade, natureza, características, valor probante. Instauração e procedimento do inquérito. Prazo para encerramento. Intervenção do ofendido e do indiciado. Curador ao menor. Destinatário do inquérito. Devolução à Polícia. Arquivamento do inquérito. Novas pesquisas. Sigilo e incomunicabilidade. Inquérito nos crimes de ação pública condicionada e de ação privada. Identificação criminal do indiciado.
10. PRISÃO PROVISÓRIA - Conceito. Justificação. Regras constitucionais. Disposições do Código de Processo Penal. Espécies nele disciplinadas. Prisão por pronúncia e em virtude de sentença condenatória recorrível. O problema da prisão administrativa. Prisão especial e prisão domiciliar.
11. PRISÃO EM FLAGRANTE - Conceito de flagrância. Fundamentos da prisão. Hipóteses previstas no Código de Processo Penal. Sujeitos ativo e passivo da prisão. Requisitos do auto. Curador ao menor. Recolhimento do indiciado à prisão. Nota de culpa. Controle jurisdicional e relaxamento da prisão. Libertação provisória do indiciado. Flagrante nos crimes permanentes, habituais, de ação pública condicionada e de ação privada. Prisão em flagrante e imunidades.
12. PRISÃO PREVENTIVA - Conceito. Pressupostos. Espécies. Momento em que pode ser decretada. Competência para fazê-lo. Circunstâncias que a autorizam. Casos em que é cabível. Quando é proibida. Fundamentação. Revogação. Nova decretação.
13. LIBERDADE PROVISÓRIA - Conceito. Justificação. Regras constitucionais. Disposições gerais do Código de Processo Penal. Espécies. Liberdade sem fiança vinculada e não vinculada. Liberdade mediante prestação de fiança: conceito desta, natureza, quando é cabível, competência para concedê-la, momento, va

lor, destinação, ônus e encargos. Procedimento da fiança. Casos de extinção. Levantamento do depósito. Preso pobre.

14. COAÇÃO ILEGAL; HABEAS CORPUS - Origem e evolução do *writ*. Sua natureza jurídica. Disciplina constitucional e ordinária em nosso direito. Restrições ao seu cabimento. Situação atual. Espécies de *Habeas Corpus*. Hipóteses de coação ilegal previstas no Código de Processo Penal. Quem pode impetrá-lo. Requisitos da petição. Competência para julgá-lo. Procedimento. Informações da autoridade coatora e apresentação do paciente. Decisões que podem ser prolatadas no julgamento. Conseqüências de sua concessão. Renovação do pedido. *Habeas Corpus* de ofício. Procedimento perante os Tribunais. Intervenção do Ministério Público.
15. AÇÃO PENAL - Considerações sobre a natureza jurídica do direito de ação. Teorias que procuraram explicá-la. Teoria predominante. Conceito de ação Penal. Classificação. Caracteres. Condições da ação penal. Sistemas de titularidade. Ação penal do direito brasileiro: espécies e titularidade.
16. AÇÃO PENAL PÚBLICA - Princípios que lhe são inerentes. Propositura: *opinio delicti* e denúncia. Conceito de denúncia. Requisitos. Prazo para oferecimento. Sua inobservância. Quando não será oferecida. Arquivamento do inquérito ou pelas de informação. Não acolhimento do pedido pelo Juiz. Recebimento e rejeição da denúncia. Ação penal nas contravenções.
17. AÇÃO PENAL PÚBLICA CONDICIONADA - Conceito. Justificação de sua existência em nosso direito. Condições às quais está subordinado seu exercício. Requisição do Ministro da Justiça e *opinio delicti* do Ministério Público. Representação do ofendido: conceito de representação, conteúdo, como, em que prazo e a quem poderá ser formulada. Ofendido incapaz ou sem representante legal. Colisão entre o interesse daquele e o deste. Morte ou ausência do ofendido. Retratção da representação.
18. AÇÃO PENAL PRIVADA - Conceito. Sistemas de acusação. Sistema adotado em nosso direito. Princípios que lhe são inerentes. Propositura. Conceito de Queixa. Requisitos. Mandato com poderes especiais. Prazo. Sua inobservância. Tentativa de conciliação. Arquivamento da Queixa. Recebimento. Rejeição. Morte ou ausência do ofendido. Ofendido incapaz e sem representante legal. Colisão entre seus interesses. Ofendido pobre. Renúncia, perdão, perempção. Ação Privada Subsidiária: justificação, cabimento, prazo, posição do Ministério Público. Sua intervenção em todos os termos da ação. Reassunção de seu comando como parte principal.
19. RELAÇÃO PROCESSUAL PENAL - Processo e procedimento. Natureza jurídica do processo: diversas teorias. O processo penal como relação jurídica. Importância

da concepção. Caracteres da relação. Sujeitos. Objeto. Momento em que nasce. Fim da relação. Relação pré-processual.

20. PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS - Conceito. Críticas à expressão. Classificação dos pressupostos. Pressupostos de existência e pressupostos de validade do processo. Pressupostos processuais e condições da ação. Pressupostos processuais e exceções.

* * * *

*

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE DIREITO

DEPARTAMENTO DE DIREITO E PROCESSO PENAL

DISCIPLINA: DIREITO PROCESSUAL PENAL II

CÓDIGO: DIN 106

CARGA HORÁRIA: 60 horas/aula

CRÉDITOS: 4

P R O G R A M A

1. PARTES PROCESSUAIS - Partes materiais e partes processuais. Conceito de partes no processo. Legitimidade para a causa. Legitimidade para o processo. Litisconsórcio. O ofendido como Assistente do Ministério Público. As partes e o Juiz. Igualdade partes.
2. MINISTÉRIO PÚBLICO - ASSISTENTE - Origem do Ministério Público. Princípios que regem a instituição. Filiação. Garantias constitucionais. Ministério Público Federal e Estadual. Hierarquia. Ingresso na instituição. Funções no processo penal. Recusação pelo Réu. Pedido de absolvição. Assistência do Ministério Público: quem pode habilitar-se, momento, procedimento, irrecorribilidade da decisão do Juiz. Poderes do Assistente. Ausência injustificada a atos da instrução ou do julgamento. Habilitação no procedimento convencional.
3. ACUSADO - DEFENSOR - DEFESA - Conceito de acusado. Outras denominações. Quem pode ser. Identidade do acusado. Presença no processo. Revelia. Posições que nele assume. Direitos. Interesses protegidos. Curatela do menor. Conceito de defensor. Quem pode ser. Natureza jurídica da função. Espécies. Obrigatoriedade da aceitação da defensoria dativa. Problema dos honorários. Sanções a que está sujeito o defensor. Conceito de defesa. Imprescindibilidade. Classificação. Liberdade de defesa. Princípio da eventualidade da defesa.
4. JURISDIÇÃO PENAL - Conceito de jurisdição. Unidade da jurisdição. Momento. Princípios que a regulam. Condições do procedimento jurisdicional. Objeto da jurisdição. Finalidade. Espécies. O duplo grau de jurisdição.
5. ÓRGÃOS DA JURISDIÇÃO PENAL - Tribunais e Juizes que a exercem em nosso direito. Juizes comuns e especiais. Técnicos e leigos. Singulares e colegiados. Sistemas de escolha dos Juizes. Sistema adotado no Brasil. Justiça Federal e

Justiça Estadual. O Tribunal do Júri. O Congresso Nacional como órgão da jurisdição penal.

6. COMPETÊNCIA - Conceito. Competência constitucional e ordinária. Originária e recursal. Princípios que a regem. Competência da Justiça Federal, da Justiça Estadual e dos Tribunais. Critérios de determinação da competência no Código de Processo Penal: lugar da infração, domicílio e residência do réu, natureza da infração, distribuição, conexão ou continência, prevenção e prerrogativa da função.
7. ATOS PROCESSUAIS - Conceito. Classificação. Atos das Partes, do Juiz e dos Auxiliares da Justiça. Lugar, forma e tempo dos atos processuais. Prazos. Preclusão. Atos de comunicação processual. Conceito de citação, formas previstas no Código de Processo Penal. Seu desatendimento. Conceito de intimação. Sua disciplina no Código de Processo Penal. Conceito de notificação. Inexistência de regras específicas no Código de Processo Penal.
8. PROCEDIMENTO COMUM - Conceito de procedimento. Crimes aos quais se aplica o procedimento comum. Fases que o integram. Instauração. Atos da instrução criminal: instrução probatória e alegações finais. Atos da fase decisória: diligências determinadas pelo Juiz, sentença.
9. PROCEDIMENTO NOS CRIMES DA COMPETÊNCIA DO JÚRI - Fases. Instauração. Atos da chamada formação da culpa. Decisões que a encerram: pronúncia, impronúncia, absolvição sumária, desclassificação do crime. Seus efeitos. Atos preparatórios do processo para o julgamento do Júri: Libelo e Contrariedade. Desaforamento. Atos da sessão de julgamento: Instalação, composição do conselho de sentença, instrução probatória, debate oral, julgamento em sessão secreta, lavratura e publicação da sentença. Ata do julgamento.
10. PROCEDIMENTO SUMÁRIO - Procedimento sumário, especial e sumaríssimo. Procedimento sumário previsto no Código de Processo Penal. Procedimento nos crimes punidos com detenção e procedimento contravencional: pontos comuns (despacho saneador e julgamento em audiência). Procedimento nos crimes punidos com detenção: Instauração, atos anteriores à audiência de julgamento, atos da audiência. Procedimento contravencional: Instauração, críticas ao procedimento de ofício do Juiz, iniciativa do Ministério Público, caráter contraditório. Procedimento contravencional policial: atos da fase policial, da fase judicial anteriores à audiência de julgamento e da audiência. Procedimento contravencional judicial: Inexistência de fase policial. Atos anteriores à audiência e da audiência. Atuação do Ministério Público. Crimes aos quais se estende o procedimento contravencional.
11. PROCEDIMENTOS ESPECIAIS - Principais procedimentos especiais previstos no

Código de Processo Penal e em leis extravagantes: crimes falimentares, de responsabilidade dos funcionários públicos, contra a honra, contra a propriedade imaterial, eleitorais, previstos na Lei de Imprensa e na Lei de Entorpecentes.

12. PROCEDIMENTO NOS CRIMES DA COMPETÊNCIA DOS TRIBUNAIS - Atos preparatórios da ação penal. Instauração. Defesa do réu. Arquivamento do processo nos crimes afiançáveis. Atos da instrução com observância do procedimento comum. Atos da sessão de julgamento: pregão das partes e testemunhas, relatório do relator, inquirição de testemunhas, debate oral, julgamento em sessão secreta, anúncio da decisão.
13. QUESTÕES E PROCEDIMENTOS INCIDENTES - Incompatibilidades e Impedimentos. Conflito de jurisdição. Questões prejudiciais. Exceções. Restituição de coisas apreendidas. Medidas assecuratórias. Incidente de falsidade. Incidente de insanidade mental do acusado.
14. PROVA - Conceito. Finalidade. Importância. Classificação. Objeto de prova e objeto da prova. Princípios que lhe são atinentes. Meios de prova previstos no Código de Processo Penal: Exame de corpo de delito e perícias em geral, Interrogatório do réu, Confissão, Perguntas ao ofendido, Testemunhas, Reconhecimento de pessoas e coisas, Acareação, Documentos, Indícios e Busca e apreensão.
15. NULIDADES PROCESSUAIS - Conceito. Princípios que regem sua disciplina legal. Inexistência e invalidade do ato. Classificação das nulidades. Nulidades relacionadas no Código de Processo Penal. Momento de arguição. Extensão de seus efeitos.
16. SENTENÇA PENAL - Conceito. Natureza jurídica. Classificação. Requisitos. Declaração da sentença. Nova definição jurídica do fato. Sentença absolutória: requisitos específicos. Sentença condenatória: requisitos específicos. Publicação e intimação da sentença. Efeitos penais da sentença absolutória e da sentença condenatória. Coisa julgada.
17. RECURSOS - Conceito de recurso. Classificação. Pressupostos objetivos. Presupostos objetivos. Pressupostos subjetivos. Efeitos. Extinção da via recursal. Dos recursos em espécie: Apelação, Recurso em Sentido Estrito, Protesto por Novo Júri, Embargos Infringentes e de Nulidade, Embargos de Declaração, Carta Testemunhável, Recurso Extraordinário, Revisão, Agravo de Instrumento, Agravo Inominado e Recurso Ordinário Constitucional: cabimento e procedimento.
18. EFEITOS CIVIS DA SENTENÇA PENAL - Reparação civil *ex-delicto*: sistemas le-

gislativos. Sistema adotado em nosso direito: Independência da responsabilidade civil e criminal. Prejudicialidade do julgamento penal com relação à ação civil. Efeitos civis da sentença condenatória: sua execução no juízo cível. Efeitos civis da sentença absolutória. Influência da coisa julgada penal no cível. Legitimação para execução da sentença condenatória e ajuizamento da ação civil.

19. EXECUÇÃO PENAL - Pressupostos da execução. Objeto. Competência. Execução da pena privativa da liberdade, da pena pecuniária e da pena acessória. Incidentes da execução: Suspensão condicional da pena (pressupostos, requisitos, competência, condições, obrigações do beneficiário, alcance do benefício, revogação, dilação do prazo, extinção da pena). Livramento condicional (pressupostos, requisitos, competência, parecer do Conselho Penitenciário, indeferimento liminar do pedido, condições impostas ao beneficiário, suas obrigações, cerimônia do livramento, caderneta do liberando, suspensão do benefício, revogação, exacerbação das condições, extinção da pena.
20. GRAÇA, INDULTO, ANISTIA E REABILITAÇÃO - Conceito de graça, indulto e anistia. Competência para sua concessão. Procedimento. Efeitos. Conceito de reabilitação. Competência. Requisitos. Efeitos. Indeferimento e renovação do pedido. Revogação do benefício.

* * * *

*

DISCIPLINA: PRÁTICA FORENSE - PROCESSO PENAL

CÓDIGO: DIN 107

CARGA HORÁRIA: 30 horas/aula

CRÉDITOS: 2

P R O G R A M A

1. Inquérito policial: atuação do advogado. Direitos. Assistência ao indiciado e ao ofendido. Medidas que poderá tomar no seu interesse. Indiciado preso: restituição de sua liberdade. Mandado de segurança em matéria penal.
2. Ação Penal: instauração. Vícios ou defeitos da denúncia, queixa, portaria e da representação: recebimento e rejeição da denúncia ou queixa. Medidas adequadas em cada caso. Procuração para o foro criminal: hipóteses em que são necessários poderes especiais. Habilitação do Assistente do Ministério Público.
3. Procedimento comum: crimes punidos com reclusão da competência do juiz singular. Interrogatório do réu: posição do juiz, promotor, assistente e defensor. Constituição verbal do defensor. Defensor dativo. Direitos e deveres do defensor. Defesa prévia: matéria, rol de testemunhas, requerimento de diligências.
4. Instrução criminal: inquirição de testemunhas. Contradita. Indeferimento de perguntas pelo Juiz. Falta de intimação do réu e das testemunhas. Juntada de documentos. Diligências do art. 499. Alegações finais: retirada dos autos, matéria.
5. Procedimentos nos crimes de competência do Tribunal do Júri: instrução criminal. Pronúncia, impronúncia, absolvição sumária, desclassificação do crime. Libelo e contrariedade. Desaforamento: prova em justificação.
6. Sessão planária do Tribunal do Júri: atos preparatórios, instalação. Sorteio e recusa de jurados. Separação de julgamentos. Instrução em plenário. Debate oral: réplica e tréplica. Réu indefeso: dissolução do Conselho. Quesitos. Votação. Sentença: publicação e intimação.

7. Procedimento sumário: crimes punidos com detenção e contravenções. Fase co mum: sanação de nulidades, audiência de julgamento. Atos da audiência: ale gações orais, substituição por memorial. Atos específicos do procedimento nos crimes punidos com detenção anteriores à audiência: atuação das partes. Atos específicos do procedimento contravencional anteriores à audiência: atuação das partes (fase policial e em juízo).
8. Sentença. Requisitos. Pedido de declaração pelas partes. Nulidade. Nova de finição jurídica do fato. Publicação. Intimação das partes.
9. Recursos: na 1a. e na 2a. instância. Prazos. Interposição. Razões. Recursos do Assistente do Ministério Público e do ofendido não habilitado como Assisis tente.
10. Execução: liberdade condicional e livramento condicional. Requisitos. Procede dimento. Concessão, negação, revogação. Atuação das partes.

OBSERVAÇÃO:

Sobre a matéria constante do programa serão elaboradas petições e realizadas pesquisas de jurisprudência no estágio.

* * * *

*

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE DIREITO

DEPARTAMENTO DE DIREITO DO TRABALHO E DE INTRODUÇÃO AO ESTUDO DE DIREITO

DISCIPLINA: DIREITO DO TRABALHO I

CÓDIGO: DIT 105

CARGA HORÁRIA: 60 horas/aula

CRÉDITOS: 4

P R O G R A M A

1. CARACTERES GERAIS DO DIREITO DO TRABALHO

- 1.1 Formação do direito do trabalho
- 1.2 Denominação
- 1.3 Definição
- 1.4 Natureza jurídica
- 1.5 Fontes
- 1.6 Interpretação do direito do trabalho
- 1.7 Objeto e sistematização do direito do trabalho
- 1.8 Liberdade de trabalho e direito ao trabalho

2. SUJEITOS DA RELAÇÃO INDIVIDUAL DE TRABALHO

- 2.1 O empregador: a empresa e o estabelecimento
 - 2.1.1 Definição. Poderes. Deveres.
 - 2.1.2 Tipos de empregador
 - 2.1.2.1 O estado
 - 2.1.2.2 Grupo econômico
 - 2.1.2.3 Construtores, subempreiteiros, condôminos.
 - 2.1.2.4 Profissionais liberais
 - 2.1.2.5 Entidades sem fins econômicos
 - 2.1.3 Sucessão de empregadores
- 2.2 O empregado
 - 2.2.1 Definição. Direitos e obrigações.
 - 2.2.2 Relação de trabalho e relação de emprego
 - 2.2.3 Pressupostos da relação de emprego
 - 2.2.4 Tipos de empregados
 - 2.2.4.1 Empregados em domicílio
 - 2.2.4.2 Trabalhador em prédio residencial e em propriedade de re-creio

- 2.2.4.3 Diretores de empresa, participantes nos lucros, acionistas e quotistas.
- 2.2.4.4 Servidores de entidades religiosas
- 2.2.4.5 Trabalho em atividades ilícitas
- 2.2.4.6 Familiares. Concubinato.
- 2.2.4.7 Profissionais liberais
- 2.2.4.8 Trabalho intermitente ou de jornada reduzida
- 2.2.4.9 Empregado rural
- 2.2.4.10 Regime de trabalho temporário
- 2.2.5 Pluralidade de empregos
- 2.2.6 Exclusões legais da relação de emprego
 - 2.2.6.1 Empregados domésticos
 - 2.2.6.2 Trabalhadores avulsos
 - 2.2.6.3 Servidores públicos estatutários
 - 2.2.6.4 Servidores de entidades de direito público externo

3. NASCIMENTO E DINÂMICA DO CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO

- 3.1 Conceito e caracteres do contrato individual de trabalho
- 3.2 Capacidade das partes. Consentimento.
- 3.3 Objeto do contrato individual de trabalho
- 3.4 Invalidade do contrato individual de trabalho, nulidade e anulabilidade.
- 3.5 Inderrogabilidade de direitos - fraude, simulação, renúncia, transação, recibos de quitação.
- 3.6 A prescrição
- 3.7 A prova do contrato individual de trabalho
- 3.8 Duração do contrato individual de trabalho
 - 3.8.1 Distinguição de contrato de prazo indeterminado e contrato de prazo determinado
 - 3.8.2 Contrato por prazo determinado
 - 3.8.2.1 Modalidades. Condições de validade, contrato de experiência.
 - 3.8.2.2 Prorrogação e renovação
 - 3.8.2.3 Transformação do contrato por prazo determinado
 - 3.8.2.4 Extinção das relações do contrato por prazo determinado
 - 3.8.2.5 Suspensão do contrato por prazo determinado
 - 3.8.2.6 A fraude no contrato por prazo determinado
 - 3.8.2.7 Observações finais
- 3.9 Execução do contrato individual de trabalho
 - 3.9.1 Obrigações do empregado
 - 3.9.2 Obrigações do empregador
 - 3.9.2.1 Remuneração e salário
 - 3.9.2.1.1 Conceito de cada um e caracteres distintivos
 - 3.9.2.1.2 Componentes do salário e parcelas integrantes da remuneração

- 3.9.2.1.3 Gorjetas, comissões, percentagens, ajudas de custo, diárias de viagem, abonos, adicionais, prêmios, gratificações, 13º salário.
 - 3.9.2.1.4 Salário mínimo
 - 3.9.2.1.5 Pagamento do salário-local, hora, forma, prova, mora salarial.
 - 3.9.2.2 Salário "in natura" e salário em espécie
 - 3.9.2.3 Salário-família e salário-maternidade
 - 3.9.2.3.1 Salário-família
 - 3.9.2.3.1.1 Legislação. Natureza. Finalidade. Âmbito.
 - 3.9.2.3.1.2 Condições de recebimento, pagamento, custeio, cessação, prescrição.
 - 3.9.2.3.2 Salário-maternidade
 - 3.9.2.3.2.1 Legislação. Natureza, finalidade, âmbito, proteção à maternidade na CLT.
 - 3.9.2.3.2.2 Condições de recebimento - valor, pagamento, custeio e reembolso ao empregador.
 - 3.9.2.3.2.3 Salário-maternidade e a dispensa sem justa causa
 - 3.9.2.4 Medidas
 - 3.9.2.4.1 Medidas legais de proteção à contra-prestação remuneratória
 - 3.9.2.4.1 Medidas contra abusos do empregador
 - 3.9.2.4.2 Proteção contra credores do empregador
 - 3.9.2.4.3 Proteção contra credores do empregado
 - 3.9.2.4.4 Proteção contra familiares do empregado
 - 3.9.2.4.5 Equiparação salarial
 - 3.9.2.5 Salário profissional e salário categoria
- 3.9.3 Duração do trabalho
- 3.9.3.1 Jornada de trabalho
 - 3.9.3.1.1 Regulamentação. Derrogações e exclusões.
 - 3.9.3.1.2 Pausas e descansos, repouso remunerados e férias.
 - 3.9.3.1.3 Repouso semanal
 - 3.9.3.1.3.1 Legislação, campo de ação, natureza jurídica.
 - 3.9.3.1.3.2 Modalidades e fixação dos repouso
 - 3.9.3.1.3.3 Derrogações permanentes e temporárias
 - 3.9.3.1.3.4 Condições para concessão
 - 3.9.3.1.3.5 Remuneração do repouso
 - 3.9.3.1.4 Férias
 - 3.9.3.1.4.1 Legislação, natureza jurídica, finalidade, natureza das normas.

- 3.9.3.1.4.2 Condições de aquisição
- 3.9.3.1.4.3 Ausências derogatórias das férias
- 3.9.3.1.4.4 Remuneração das férias
- 3.9.3.1.4.5 Compensação pecuniária das férias: no curso do contrato e na extinção dele.

3.9.4 Higiene e Segurança do Trabalho

3.9.4.1 Noções gerais

3.9.4.2 Insalubridade e periculosidade

3.9.4.3 Acidentes do trabalho e doenças do trabalho

3.9.5 Suspensão e interrupção do contrato de trabalho

3.9.6 Alteração das condições de trabalho

3.9.6.1 Qualificação profissional

3.9.6.2 Alteração quantitativa

3.9.6.3 Alteração do local de trabalho

3.9.6.4 "Jus variandi"

* * * *

*

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE DIREITO

DEPARTAMENTO DE DIREITO DO TRABALHO E DE INTRODUÇÃO AO ESTUDO DE DIREITO

DISCIPLINA: DIREITO DO TRABALHO II

CÓDIGO: DIT 106

CARGA HORÁRIA: 60 horas/aula

CRÉDITOS: 4

P R O G R A M A

4. CESSAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO

4.1 Justas causas para a dissolução do contrato

4.1.1 Justas causas dadas pelo empregado

4.1.2 Justas causas dadas pelo empregador - rescisão indireta

4.2 Motivos justos para a dissolução do contrato

4.3 Direitos decorrentes da dissolução ou extinção do contrato

4.3.1 Aviso prévio

4.3.1.1 Conceito. Natureza jurídica. Finalidade.

4.3.1.2 Duração. Forma. Início do prazo.

4.3.1.3 Aviso prévio ao empregado e aviso prévio ao empregador

4.3.1.4 Aviso prévio e prazo mínimo de duração do contrato

4.3.1.5 Casos em que há e casos em que não há aviso prévio

4.3.1.6 Omissão e retratação do aviso prévio

4.3.1.7 Remuneração do aviso prévio

4.3.1.8 Remuneração do aviso prévio não trabalhado e seus efeitos

4.3.2 Indenização por tempo de casa ou levantamento dos depósitos do FGTS

5. CONTRATOS DE TRABALHO ESSENCIAIS

5.1 Contrato de trabalho temporário

5.2 Contrato de trabalho da mulher

5.2.1 Proteção à maternidade

5.3 Contrato de trabalho do menor

5.3.1 Aprendizagem

5.4 Contrato de trabalho de artistas e congêneres

5.5 Outros contratos especiais de trabalho

6. CONTRATOS AFINS COM O CONTRATO DE TRABALHO

- 6.1 Contrato de estagiário
- 6.2 Empreitada
- 6.3 Mandato
- 6.4 Representação comercial
- 6.5 Parceria Rural
- 6.6 Outros contratos afins

7. REGIMES DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO

7.1 Estabilidade

- 7.1.1 Direito positivo e natureza da estabilidade
- 7.1.2 Empregados não amparados pela estabilidade
- 7.1.3 Tipos de estabilidade
- 7.1.4 Tempo de serviço e estabilidade
- 7.1.5 Cessaçãõ das relações de trabalho estável
 - 7.1.5.1 Resiliçãõ do contrato
 - 7.1.5.2 Resoluçãõ do contrato
 - 7.1.5.2.1 Processamento e soluçãõ do inquêrito
 - 7.1.5.2.2 Reclamaçãõ e inquêrito em reconvençãõ
 - 7.1.5.2.3 Execuçãõ de sentençã de reintegraçãõ ou de re-admissãõ
 - 7.1.5.2.4 Extinçãõ do contrato
 - 7.1.5.3 Despedida sem justa causa do prê-estabilitário

7.2 Fundo de Garantia de Tempo de Serviço

- 7.2.1 Origens do FGTS
- 7.2.2 Interdependência com o regime da CLT
- 7.2.3 Campo de açãõ da Lei do FGTS
- 7.2.4 Opçãõ pelo FGTS
- 7.2.5 Retrataçãõ
- 7.2.6 Depõsitos e contas do FGTS. Juros e correçãõ monetária.
- 7.2.7 A rescisãõ e a existênciã do contrato de trabalho e o FGTS
- 7.2.8 Transaçãõ da indenizaçãõ do tempo de serviçõ e o FGTS
- 7.2.9 A movimentaçãõ das contas do FGTS
- 7.2.10 Gestãõ do FGTS - Fiscalizaçãõ e cobrançã compulsõria dos depõsitos
- 7.2.11 Prescriçãõ
- 7.2.12 Fêrias indenizadas e garantias asseguradas ao mandatário sindical

8. RELAÇÕES COLETIVAS DE TRABALHO

- 8.1 Organizaçãõ sindical
- 8.2 Acordos e convenções coletivas de trabalho
- 8.3 Conflitos coletivos de trabalho e suas soluções
 - 8.3.1 Greve e "lock-out"
 - 8.3.2 Dissídios coletivos
 - 8.3.2.1 Sentenças normativas

DEPARTAMENTO DE DIREITO DO TRABALHO E DE INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO

DISCIPLINA: DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

CÓDIGO: DIT 107

CARGA HORÁRIA: 60 horas/aula

CRÉDITOS: 4

P R O G R A M A

1. A JUSTIÇA DO TRABALHO E O MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO JUNTO À JUSTIÇA DO TRABALHO
 - 1.1 Histórico da justiça do trabalho
 - 1.2 Organização da justiça do trabalho
 - 1.2.1 Organização da justiça federal
 - 1.3 Organização e atribuições do Ministério Público do Trabalho

2. PROCESSO JUDICIÁRIO DO TRABALHO
 - 2.1 Princípios que orientam o processo trabalhista
 - 2.2 Competência e jurisdição na justiça do trabalho
 - 2.2.1 Modificações da competência
 - 2.2.1.1 Conexão e continência
 - 2.2.1.2 Prevenção e prorrogação da competência. Declaração da competência.
 - 2.2.2 Conflitos de jurisdição
 - 2.3 As partes no processo trabalhista
 - 2.3.1 Capacidade - representação e substituição
 - 2.3.2 Litisconsórcio e assistência
 - 2.3.3 Intervenção de terceiros
 - 2.4 Das nulidades
 - 2.5 Atos, termos e prazos processuais.
 - 2.6 Distribuição e custas
 - 2.7 A ação trabalhista
 - 2.7.1 Modalidades de ação
 - 2.7.2 Ações preparatórias e ações incidentes
 - 2.7.3 Ações de alçada
 - 2.8 Dissídio individual. A reclamatória.

- 2.8.1 Propositura - termo ou petição inicial
- 2.8.2 Notificação, forma, efeitos, nulidade.
- 2.8.3 Aditamento. Desistência.
- 2.8.4 Audiência inaugural
 - 2.8.4.1 Arquivamento: Efeitos e Penalidade.
 - 2.8.4.2 Revelia: efeitos, confissão ficta.
- 2.8.5 A defesa
 - 2.8.5.1 Defesa indireta: Preliminares. Exceções. Nulidades.
 - 2.8.5.2 Defesa direta: contestação, compensação, retenção, reconvenção.
- 2.8.6 Conciliação: forma, condições, efeitos.
- 2.8.7 Instrução
 - 2.8.7.1 Interrogatório das partes
 - 2.8.7.2 A prova: teoria geral, objeto, meios de prova, fatos de prova, ônus da prova, produção da prova - pesquisa e avaliação da prova.
- 2.8.8 Razões finais
- 2.8.9 Sentença
 - 2.8.9.1 Conceito, classificação, requisitos, eficácia, intimação.
 - 2.8.9.2 Embargos declaratórios
- 2.8.10 Recursos
 - 2.8.10.1 Conceito - admissibilidade
 - 2.8.10.2 Pressupostos objetivos
 - 2.8.10.3 Pressupostos subjetivos
 - 2.8.10.4 Razões e contra-razões, prazos.
 - 2.8.10.5 Classificação
 - 2.8.10.5.1 Recurso ordinário: Voluntário e de ofício - cabimento, efeitos.
 - 2.8.10.5.2 Recurso de revista: Cabimento e efeitos, carta de sentença.
 - 2.8.10.5.3 Embargos e outros recursos no TST
 - 2.8.10.5.4 Agravos: Espécies, cabimento, efeitos.
 - 2.8.10.5.5 Recurso extraordinário
 - 2.8.10.5.6 Recursos na justiça federal
 - 2.8.10.5.7 Embargos declaratórios
- 2.8.11 Execução
 - 2.8.11.1 Legitimidade ativa e passiva, de ofício.
 - 2.8.11.2 Provisória e definitiva
 - 2.8.11.3 Liquidação: modalidades, juros e correção monetária, sentença.
 - 2.8.11.4 Execução por quantia certa e execução de obrigação de fazer
 - 2.8.11.5 Execução por prestações sucessivas
 - 2.8.11.6 Execução de sentença normativa

- 2.8.11.7 Execução contra entes públicos
- 2.8.11.8 Execução contra devedor insolvente
- 2.8.11.9 Citação e penhora
- 2.8.11.10 Embargos à execução
- 2.8.11.11 Embargo de terceiro
- 2.8.11.12 Agravo de petição
- 2.8.11.13 Avaliação
- 2.8.11.14 Praça: arrematação, adjudicação, remissão.

2.9 Processos da competência originária dos tribunais

2.9.1 Dissídio coletivo

2.9.1.1 Legitimidade ativa e legitimidade passiva. De ofício.

2.9.1.2 Modalidades

2.9.1.3 Procedimento

2.9.1.4 Sentença normativa: Eficácia.

2.9.2 Mandado de segurança, ação rescisória, conflito de jurisdição.

* * * *

*

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE DIREITO

DEPARTAMENTO DE DIREITO DO TRABALHO E DE INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO

DISCIPLINA: PRÁTICA FORENSE - PROCESSO TRABALHISTA

CÓDIGO: DIT 108

CARGA HORÁRIA: 30 horas/aula

CRÉDITOS: 2

P R O G R A M A

1. PROPOSITURA DA AÇÃO
2. NOTIFICAÇÃO INICIAL (CITAÇÃO, NO CPC)
3. AUDIÊNCIA INAUGURAL
4. A DEFESA
 - 4.1 Exceções
 - 4.2 Nulidades
 - 4.3 Prescrição
 - 4.4 Perda temporária do direito de reclamar
 - 4.5 Defesa quanto ao mérito
 - 4.6 Reconvenção e inquérito
5. 1a. PROPOSTA DE CONCILIAÇÃO
6. INSTRUÇÃO
 - 6.1 O "onus probandi"
 - 6.2 Interrogatório das partes
 - 6.3 A prova documental
 - 6.4 A prova testemunhal
 - 6.5 A prova pericial
 - 6.6 Conclusão em matéria de provas
7. RAZÕES FINAIS
8. ÚLTIMA PROPOSTA DE CONCILIAÇÃO
9. DECISÃO DE 1a. INSTÂNCIA
 - 9.1 Custas

9.2 Assistência judiciária

10. RECURSO ORDINÁRIO
11. RECURSO DE REVISTA
12. EMBARGOS DO TST
13. PREJULGADO *
14. RECURSO EXTRAORDINÁRIO (STF)
15. OS EMBARGOS NO PROCESSO TRABALHISTA
16. OS AGRAVOS NO PROCESSO TRABALHISTA
17. A EXECUÇÃO
 - 17.1 Execução provisória e execução definitiva
 - 17.1.1 Liquidação de sentença
 - 17.1.2 Juros e correção monetária
 - 17.2 Mandado executivo e penhora
 - 17.3 Execução de acordo não cumprido
 - 17.4 Trâmites finais da execução
 - 17.4.1 Avaliação - praça
 - 17.4.2 Arrematação, adjudicação, remissão.
 - 17.5 Execução de obrigações de fazer
18. DISSÍDIOS COLETIVOS
19. ARRESTO
20. AÇÃO CONSIGNATÓRIA
21. AÇÃO RESCISÓRIA
22. MANDADO DE SEGURANÇA
23. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE
24. OUTROS TIPOS DE AÇÃO

* * * *

*

DEPARTAMENTO DE DIREITO DO TRABALHO E DE INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO

DISCIPLINA: PREVIDÊNCIA SOCIAL

CÓDIGO: DIT 110

CARGA HORÁRIA: 30 horas/aula

CRÉDITOS: 2

P R O G R A M A

1. A EVOLUÇÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL NO BRASIL
2. REGIMES DE PREVIDÊNCIA SOCIAL NO BRASIL
3. BENEFICIÁRIOS
 - 3.1 Segurados obrigatórios
 - 3.2 Segurados facultativos
 - 3.3 Dependentes
4. MANUTENÇÃO DA CONDIÇÃO DE SEGURADOS
5. PRESTAÇÕES
 - 5.1 Espécies
 - 5.2 Prazo de carência e prazo de graça
 - 5.3 Salário de benefício
 - 5.4 Valor dos benefícios
 - 5.5 Auxílio doença
 - 5.6 Aposentadorias
 - 5.6.1 Contagem recíproca do tempo de serviço
 - 5.7 Auxílios diversos
 - 5.8 Salário-família e salário-maternidade
 - 5.9 Pecúlio
 - 5.10 Pensões
 - 5.11 Assistência médica, odontológica, hospitalar, farmacêutica, etc.
 - 5.13 Auxílio desemprego
6. CUSTEIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
 - 6.1 Fontes de receita
 - 6.2 Salário de contribuição
 - 6.3 Arrecadação e recolhimento de contribuições previdenciárias e de outras

natureza

7. SEGURO DE ACIDENTES DO TRABALHO

7.1 Campo de ação da lei

7.2 Conceito de acidente e de doença profissional ou do trabalho

7.3 Prestações

7.3.1 Benefícios

7.3.1.1 Valor dos benefícios

7.3.2 Assistência médica

7.3.3 Habilitação profissional

7.4 Custeio

7.4.1 Arrecadação das contribuições

7.5 Procedimento administrativo e judicial

7.6 Prescrição das ações

8. RECURSOS E REVISÕES DAS DECISÕES ADMINISTRATIVAS NA ESFERA PREVIDENCIÁRIA

9. PRESCRIÇÃO EM GERAL

10. A PREVIDÊNCIA SOCIAL RURAL. PRORURAL. FUNRURAL

10.1 Beneficiários: Empregados e empregadores.

10.1.2 Dependentes

10.2 Benefícios e serviços

10.3 Custeio

10.3.1 Arrecadação

10.4 Reclamações, recursos e revisões.

10.5 Prescrição

* * * *

*

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE DIREITO

DEPARTAMENTO DE DIREITO DO TRABALHO E DE INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO

DISCIPLINA: DIREITO AGRÁRIO

CÓDIGO: DIT 109

CARGA HORÁRIA: 30 horas/aula

CRÉDITOS: 2

P R O G R A M A

1. Direito agrário - histórico, conceito, autonomias.
2. História territorial do Brasil - Sesmarias, regime de posse, Lei nº 601, de 1850.
3. Propriedade territorial rural - conceito de imóvel rural, classificação (propriedade familiar, minifúndio, latifúndio e empresa rural).
4. Módulo rural, fração mínima de parcelamento, indivisibilidade do imóvel rural.
5. Reforma agrária, função social da propriedade, formas de acesso à terra.
6. Desapropriação por interesse social - desapropriação no direito brasileiro pagamento em dinheiro e títulos da dívida pública. Critérios de justa indenização, procedimento, limitações, constitucionalidade.
7. Terras públicas, terras devolutas, discriminação.
8. Legitimação de posse e regularização de ocupação
9. Aquisição de terras por estrangeiro, limitações, pessoa física e jurídica, Lei nº 5.709/71.
10. Colonização - oficial e particular.
11. Uso ou posse temporária da terra, contratos agrários, arrendamento e parceria.
12. O contrato de trabalho rural
13. Tributação da terra. Imposto territorial rural.
14. Cooperativismo e sindicalismo rural
15. Previdência social rural

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE DIREITO

DISCIPLINA(interdepartamental): ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS A

CÓDIGO: 715-101

CARGA HORÁRIA: 15 horas/aula

CRÉDITOS: 1

P R O G R A M A

UNIDADE I

1. Educação Moral e Cívica ao nível universitário.
2. O Homem Brasileiro: formação étnica e cultural; traços característicos; pirâmide etária; situação demográfica.
3. A Família na organização social brasileira.
4. As regiões brasileiras: norte, nordeste, centro-oeste, sudeste e sul. Formação histórica. Aspectos geográfico, social, econômico e cultural. Os problemas regionais.

UNIDADE II

1. Introdução à Teoria do Estado e da Constituição.
2. Elementos básicos da nacionalidade.
3. Organização constitucional brasileira e sua evolução.
4. Estrutura dos poderes executivo, judiciário e legislativo.
5. Direitos e garantias individuais na Constituição.
6. A representação popular. Processo eleitoral.
7. Partidos políticos: organização e funcionamento.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE DIREITO

DISCIPLINA(interdepartamental): ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS B

CÓDIGO: 715-102

CARGA HORÁRIA: 15 horas/aula

CRÉDITOS: 1

P R O G R A M A

UNIDADE I

1. Evolução da política externa brasileira. Princípios básicos.
2. O comércio exterior do Brasil no passado e no presente.
3. O Brasil e a comunidade internacional. A ONU e a OEA.
4. Os direitos do homem. A internacionalização dos direitos do homem.

UNIDADE II

1. Desenvolvimento e subdesenvolvimento. Processo histórico do desenvolvimento. Brasil, Países em desenvolvimento.
2. Energia elétrica e a infra-estrutura do desenvolvimento. A Eletrobrás.
3. Petróleo, fator de economia e segurança nacional. O petróleo na economia mundial. Petrobrás. C.N.P.
4. Mar territorial. O Brasil e as 200 milhas. Potencialidades do mar territorial
5. O Brasil e a energia atômica. Minerais atômicos. Recursos. Acordo Brasil-Alemanha.
6. Visão de conjunto da economia brasileira. Estatização e privatização. O regime da livre empresa.

7. A estrutura agrária brasileira e sua transformação.

8. Direito e legislação social. A previdência social brasileira. A assistência médica e seus problemas.

9. As Forças Armadas, exército, marinha e aeronáutica. As forças armadas no processo sócio-econômico do Brasil.

* * * *

*

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE DIREITO

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

DISCIPLINA: FINANÇAS E CONTABILIDADE PÚBLICA

CÓDIGO: CIC 117

CARGA HORÁRIA: 15 horas/aula

CRÉDITOS: 1

P R O G R A M A

1. ORÇAMENTO PÚBLICO: programas gerais, setoriais e regionais de duração plurianual; orçamento-programa, programação financeira de desembolso, agrupamento das ações governamentais; propostas parciais de orçamento, elaboração, critérios de análise; orçamento plurianual de investimentos ou quadro de recursos e de aplicação de capital; proposta orçamentária; lei orçamentária anual.
2. RECEITA E DESPESA: classificação e estágios.
3. FUNDOS ESPECIAIS: conceito, escrituração.
4. EXERCÍCIO FINANCEIRO: conceito, regime de competência, Restos a Pagar, Despesas de Exercícios Anteriores, anulação de despesas orçamentária, Dívida Ativa.
5. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA: programação de cotas de despesas, acompanhamento da execução, compreendendo as variações entre a arrecadação e a previsão da receita e entre a realização e a fixação da despesa.
6. CRÉDITOS ADICIONAIS: conceito, classificação, vigência.
7. SISTEMAS DE ESCRITURAÇÃO E PLANO DE CONTAS ÚNICO: Sistemas orçamentário, financeiro e patrimonial; estrutura do plano de contas único.
8. BALANÇOS: Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais.
9. PRESTAÇÃO E TOMADA DE CONTAS: distinção; responsáveis; elaboração.
10. FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA: controle externo e interno, formas e competência.

* * * *

*

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE DIREITO

DEPARTAMENTO DE ANATOMIA PATOLÓGICA E MEDICINA LEGAL

DISCIPLINA: MEDICINA LEGAL BI

CÓDIGO: APM 103

CARGA HORÁRIA: 60 horas/aula

CRÉDITOS: 4

P R O G R A M A

1. A MEDICINA LEGAL - Generalidades. Situação. Conceito. Denominações. Definições. Fins. Divisão. Importância. Métodos. Relações. Revisão histórica. Evolução da Medicina Legal no Brasil. Posição atual da disciplina no País. Mesures de ontem e de hoje. Literatura médico-legal.
2. A PERÍCIA MÉDICO-LEGAL - Generalidades. Conceito. Importância e importância e necessidade. Conhecimentos necessários ao Juiz, ao Ministério Público, ao advogado. Peritos. Proposição de quesitos.
3. A DOCUMENTAÇÃO MÉDICO-LEGAL - Documentos médico-legais. Atestados. Consultas. Pareceres. Relatórios em geral. Laudos periciais. Perícia contraditória. Fiscalização da perícia. Laudos irregulares. Credibilidade da perícia.
4. O AUTO DE CORPO DE DELITO - Considerações gerais. As provas. Eventualidades mais rotineiras para a realização do auto de corpo de delito. Aspecto médico e aspecto jurídico. Partes de que se compõe. Sua realização. Autoridades que o podem determinar. Nomeação e notificação dos peritos.
5. DEONTOLOGIA MÉDICA - Considerações preliminares. Deontologia médica, propriamente dita, Diceologia, Jurisprudência médica. A responsabilidade do médico. O Segredo profissional médico. Honorários médicos.
6. CRIMINALÍSTICA - Criminalística. Locais. Indícios. Definições. Investigação de delitos. Métodos gerais. Generalidades sobre locais. Preservação e estudo dos indícios. O registro do local. Reconstituição do fato. Colheita de material para exame. Exames vários. Exames no laboratório. Exames por especialistas.

7. IDENTIDADE - IDENTIFICAÇÃO - Conceitos. Breve história. Identificação médico-legal. Identificação judiciária. Identificação de pessoas vivas. Identificação de cadáveres. Identificação de esqueletos. Identificação de restos. Organização de serviços de identificação.
8. O SANGUE EM MEDICINA LEGAL - Estado do sangue. Composição do sangue. Manchas de sangue. Diagnóstico genérico do sangue. Diagnóstico específico. Diagnóstico regional. Diagnóstico individual. Os grupos sanguíneos. Noções gerais. Aplicações no crime. Aplicações no cível. Tipos sanguíneos M e N. Fatores Rh. Outros fatores.
9. FERIMENTOS E LESÕES CORPORAIS - Conceito, definição, classificação e descrição dos ferimentos. Problemas médico-legais dos ferimentos. Vias de fato. Lesões corporais. Avaliação da gravidade das lesões corporais pelo critério do Código Penal. A perícia das lesões corporais.
10. LESÕES MORTAIS - Conceito. Homicídio, os métodos empregados e problemas médico-legais. Suicídio, os métodos empregados e problemas médico-legais. A eutanásia.
11. ASPIXIAS MECÂNICAS - Generalidades. Classificação. Anatomia patológica geral. Enforcamento. Estrangulamento. Esganadura. Sufocação. Afogamento.

* * * *

*

DEPARTAMENTO DE ANATOMIA PATOLÓGICA E MEDICINA LEGAL

DISCIPLINA: MEDICINA LEGAL BII

CÓDIGO: APM 104

CARGA HORÁRIA: 60 horas/aula

CRÉDITOS: 4

P R O G R A M A

1. ACIDENTES DO TRABALHO - Conceitos gerais. Importância do estudo. Origem da legislação moderna. Lesões corporais acidentais. Os elementos do acidente do trabalho. A lesão corporal, perturbação funcional ou doença, doença do trabalho. Onexo etiológico entre a lesão e o trabalho. O risco. A prova do nexo etiológico. Suspensão ou limitação da capacidade para o trabalho. Avaliação do grau de incapacidade. Revisão. A simulação e os acidentes do trabalho. Profilaxia dos acidentes do trabalho. Reabilitação profissional.
2. TANATOLOGIA FORENSE - Generalidades. Legislação. Doutrina. Perícia. Diagnóstico da realidade da morte. Morte súbita, morte agônica, sobrevivência. Diagnose diferencial entre as lesões profundas em vida e depois da morte.
3. SEXOLOGIA FORENSE - Definição. Generalidades. Divisão. O aparelho da reprodução no homem e na mulher. O instinto sexual. A importância da função sexual. Exemplos ilustrativos.
4. O CASAMENTO EM MEDICINA LEGAL - Preliminares. Casamento. Exame pré-nupcial. Impedimentos matrimoniais. Dissolução do vínculo. Desquite. Divórcio.
5. A SEDUÇÃO EM MEDICINA LEGAL - Conceitos. Elementos do crime. A perícia. Conclusões e quesitos.
6. ESTUPRO - Legislação. Doutrina. Perícia.
7. ATENTADOS CONTRA O PUDOR - Legislação. Doutrina. Perícia.
8. ULTRAJE PÚBLICO AO PUDOR - Legislação. Doutrina. Perícia.

9. TRANSTORNOS DO INSTINTO SEXUAL - Importância. Conceito. Interesse. Causas. Classificação. Formas. Perícia.
10. DA PERICLITAÇÃO DA VIDA OU DA CLASSE - Legislação. Doutrina. Perícia.
11. PRÁTICAS ANTICONCEPCIONAIS - Legislação. Doutrina. Perícia.
12. A GRAVIDEZ EM MEDICINA LEGAL - A reprodução humana. Legislação. Doutrina. Perícia.
13. O PARTO EM MEDICINA LEGAL - Legislação. Doutrina. Perícia.
14. ABORTO CRIMINOSO - Legislação. Doutrina. Perícia.
15. INFANTICÍDIO - Legislação. Doutrina. Perícia.
16. MEDICINA LEGAL TOXICOLÓGICA - Toxicologia. Veneno. Importância da Toxicologia. Ação dos venenos. Absorção. Fixação. Eliminação. Mecanismos de ação. Lesões. Classificação. Causas das intoxicações. A perícia das intoxicações.
17. O ALCOOLISMO - Intoxicação alcoólica. Importância criminógena do alcoolismo. Formas judiciárias e médico-legais. Prejuízos econômicos. Causas do alcoolismo. As bebidas alcoólicas. Toxicologia. Fisiopatologia. Diagnóstico médico-legal do alcoolismo. Pesquisas toxicológicas. O diagnóstico bioquímico da embriaguez. Dosagem do álcool no ar expirado. Dosagem do álcool no sangue. Profilaxia e luta contra o alcoolismo. Problemas médico-legais do alcoolismo e substâncias de efeitos análogos. Toxicomanias.
18. CRIMINOLOGIA - A ciência criminológica. A base biológica da criminalidade. A base sociológica da criminalidade. Discussão e orientação atual. Classificação de criminosos. Delinquência juvenil. Prognóstico, profilaxia e tratamento.
19. PSICOPATOLOGIA FORENSE - Legislação. Generalidades. Divisão e definições. Capacidade civil. Responsabilidade penal. Limites e modificadores da capacidade civil e da responsabilidade penal. Testamento. Testemunho. Confissão. Psiquiatria Clínica e Psiquiatria Forense. Doenças mentais. Causas das doenças mentais. Biotipologia. Classificação das doenças mentais. Diagnósticos e prognósticos. Periculosidade. Simulação e dissimulação de loucura. A perícia psiquiátrica. Oligofrenias. Neuroses. Personalidades psicopáticas. Psicoses.

PROGRAMA - PARTE PRÁTICA

1. Redação e crítica de documentos médico-legais.
2. Dactiloscopia.
3. Homicídio e lesões corporais. Perícia.
4. Conjunção carnal, gravidez e parto. Perícia.
5. Hematologia médico-legal.
6. Manchas em geral.
7. Necroscopias. Morte súbita e agônica. Docimasias.
8. Pesquisa de tóxicos, especialmente do álcool.
9. Diagnóstico radiológico e biológico da gravidez.
10. Microscopia (germes mais comuns).
11. Aborto e infanticídio. Docimasias.
12. Acidentes do trabalho. Perícia.
13. Determinação pericial da idade.
14. Exame clínico e exames complementares.
15. Técnica da perícia psiquiátrica.
16. Peças, microtomia, suportes, etc.
17. Locais e indícios. Preservação, colheita, registro.
18. Formulação de quesitos.
19. Pareceres e estudos sobre casos concretos.
20. Debates, conferências, mesas redondas, seminários. pesquisas.

E S T Á G I O

P R O G R A M A

1º PERÍODO

a. PRÁTICA FORENSE GERAL(20 horas/aula)

1. O Advogado e seu escritório. Bibliografia. Repertório de jurisprudência. Material indispensável. Impressos. O que devem conter os impressos do advogado. Como seguir o expediente forense.
2. Linguagem forense. Estilo forense. Exposição escrita e verbal. Formas de exposição. Oportunidades.
3. Cliente: primeiros contatos. Categorias de clientes. Como ouvi-los. Anotações indispensáveis. Documentação necessária.
4. Honorários profissionais. Quando e como fixá-los. Honorários contratados e honorários provenientes de condenação judicial. Contrato de honorários profissionais. Modelos. Como cobrá-los.
5. Procuração *ad judicium* e *extra judicium*. Poderes especiais. Procurações por instrumento público e procurações por instrumento particular. Minuta para cartório. Modelos e exercícios de elaboração.
6. Como estudar o caso concreto. Exercícios.
7. Taxa judiciária. Como e onde pagá-la. Distribuição. Despachos do Juiz. Contatos iniciais com o Cartório e com o Oficial de Justiça.
8. Mandado e contra-fê. O que deve conter. Carta precatória, edital, alvará, laudo, auto, cópias. Modelos.
9. Autos autuação, registro e organização. Termos: certidões, remessa, conclusão, recebimento, juntada, vista, promoção. Projeção de modelos.
10. Pressupostos processuais e condições da ação.
11. Elaboração de petição inicial. Modelos e exercícios.

12. Resposta do Réu. Como organizá-la. Defesas possíveis. Modelos e exercícios.
13. Impugnação do valor da causa.

a. ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA(20 horas/aula)

1. O Poder Judiciário na Constituição Federal e na Constituição Estadual. Organização Judiciária.
2. A "Justiça Estadual" - Órgãos - O Tribunal de Justiça: composição e competência, regimento interno. O Tribunal de Alçada: composição e competência, regimento interno. Exercícios sobre competência.
3. O Conselho Superior da Magistratura. A Corregedoria de Justiça.
4. O Juiz de Direito: ingresso e acesso na carreira. Sistemas. Independência jurídica e independência política - Auto-governo - Cursos de formação e aper-feiçãoamento.
5. O Supremo Tribunal Federal: composição e competência. Regimento Interno.
6. "A Justiça Federal" - Juizes Federais: ingresso e acesso na carreira; competência. O Tribunal de Recursos: composição e competência. Exercícios sobre competência
7. "A Justiça Especializada". A Justiça do Trabalho - Órgãos - composição e competência.
8. Continuação do ponto anterior. A Justiça Eleitoral e a Justiça Militar - Órgãos - Composição e competência. A "Justiça Militar Estadual": Órgãos; composição e competência. Exercícios sobre competência.
9. Dos órgãos auxiliares: judiciais e extra judiciais.
10. O Ministério Público, Federal e Estadual. Organização e atribuições.

* * * *

*

2º PERÍODO

ESTATUTO DA O.A.B. E DEONTOLOGIA FORENSE(20 horas/aula)

1. Origens históricas da Advocacia. A Advocacia no Brasil. Juramento do bacharel em Direito. O anel e as vestas talares: simbologia e uso. Decálogos de Rui Barbosa e Eduardo Couture.
2. Ordem dos Advogados do Brasil. Finalidades. Órgãos.
3. Inscrição na OAB como Advogado, Provisionado e Estagiário.
4. Atos privativos do Advogado. Atos que podem ser praticados pelos Provisionados e pelos Estagiários.
5. Incompatibilidades e impedimentos no exercício da Advocacia.
6. Infrações disciplinares: penalidades.
7. Código de Ética Profissional da OAB. Direitos e Deveres dos Advogados.
8. Relações do Advogado com o cliente, com a parte adversa, com seus colegas, com as autoridades, com os auxiliares e funcionários da Justiça.
9. Honorários profissionais: aspectos éticos.
10. Aceitação e desistência do mandato. Sigilo profissional.

b. PRÁTICA DE REDAÇÃO DE CONTRATOS, ESTATUTOS E TESTAMENTOS(20 horas/aula)

1. Contratos de compra e venda, permuta e doação. Modelos e exercícios.
2. Contratos com cláusula de alienação fiduciária. Modelos e exercícios.
3. Contrato de promessa de compra e venda. Modelos e exercícios.
4. Contratos de locação predial urbana. Modelos e exercícios.
5. Contratos de empreitada. Modelos e exercícios.
6. Contratos e estatutos de sociedades civis e comerciais. Modelos e exercícios

7. Considerações sobre outros contratos e cláusulas.

8. Testamentos - Modelos e exercícios.

3º PERÍODO

a. PRÁTICA FORENSE CIVIL(20 horas/aula)

1. Prova. Hipóteses. Indicação de Assistente-técnico. Quesitos: como e quando formulá-los. Pedido de esclarecimentos. Modelos e exercícios.
2. Audiência. Como inquirir partes e testemunhas. Contradita. Como agir nas diversas situações que podem ocorrer na audiência. Memoriais. Modelos e exercícios.
3. Sentença: Modelos.
4. Liquidação. Modelos e exercícios.
5. Recursos. Modelos e exercícios, inclusive sobre competência.
6. Execução. Petições iniciais. Modelos e exercícios.
7. Embargos do devedor. Modelos e exercícios.
8. A expropriação - O concurso de credores e o pagamento.
9. Processo cautelar. Modelos e exercícios.
10. Inventários, arrolamentos e partilhas. Modelos e exercícios.
11. Mandado de Segurança. Modelos e exercícios.
12. Outros procedimentos especiais. O alvará.

b. PRÁTICA FORENSE PENAL(20 horas/aula)

1. Atuação do Advogado durante o inquérito policial. Medidas que pode e deve tomar, fora e dentro dos autos, com relação à produção de provas.
2. Providências que podem ser tomadas, diante da prisão de constituintes: a) se

- em flagrante; b) se por decreto de prisão preventiva; c) se correccional ou para averiguações; d) se administrativas. *Habeas corpus*, fiança, pedido de relaxamento: casos em que cabem. Procedimentos, modelos e exercícios.
3. O processo na Justiça: denúncia, queixa e representação. Modelos e exercícios. Recebimento e rejeição. Diligências. Admissão de Assistente; oportunidades, modelo de petição.
 4. Interrogatório: Como se faz. Modelo. A posição do Juiz, do Promotor, do As sistente e do Defensor.
 5. Alegações preliminares (defesa prévia). Preliminares argüíveis. Rol de tes temunhas. Modelos e exercícios.
 6. Inquirição de testemunhas: Contradita. Como reinquiri-las. Perguntas e inde ferimento. Como agir nas diversas situações que podem ocorrer na audiência.
 7. O prazo do art. 499, do C.P.P.: como e o que falar. O prazo do art. 500: ale gações finais; modelos e exercícios.
 8. Sentenças e seus requisitos. Modelos e exercícios.
 9. Da apelação: procedimento. Modelos e exercícios.
 10. Do Recurso em sentido estrito: procedimento. Modelos e exercícios.
 11. Embargos: declaratórios e infringentes e de nulidade: procedimento. Modelos e exercícios.
 12. Recurso extraordinário: procedimento. Modelos e exercícios.
 13. Revisão: procedimento. Modelos e exercícios.
 14. Suspensão e livramento condicional: procedimentos, execução. Modelos e exer cícios. Unificação de pena: procedimento. Modelos e exercícios. Aspectos ' práticos da anistia; indulto; graça; reabilitação; prescrição e outras cau sas extintivas de punibilidade.
 15. Medidas de segurança: aplicação; cumprimento (aspectos práticos). Revogação: procedimento. Modelos e exercícios.
 16. O processo sumário e dos crimes culposos de homicídios e lesões corporais.
 17. O processo dos crimes da competência do júri. Pronúncia, impronúncia e ab-

solução sumária: casos. Modelos e exercícios. Libelo e contrariedade. Modelos e exercícios. Desaforamento: procedimento. Modelos e exercícios.

18. Constituição do Conselho de sentença. Recusas. Técnicas de separação de julgamento. Como se conduzir na defesa, na acusação ou na assistência da acusação durante o julgamento.
19. Quesitos: modelos e exercícios. Votação. Sentença. Recurso.
20. Do processo e julgamento na Justiça Militar.

4º PERÍODO

PRÁTICA FORENSE TRABALHISTA(20 horas/aula)

1. Reclamação escrita e verbal. Modelos e exercícios. Inquérito para apuração de falta grave. Modelos e exercícios.
2. Defesa: como organizá-la. Preliminares e méritos. Exceções e seus efeitos sobre o procedimento na Justiça do Trabalho. Modelos e exercícios.
3. Audiência trabalhista. Procedimento. Conciliação. Várias situações que podem ocorrer: o que fazer em cada uma delas. Qualidade de preposto. Ausência do preposto e suas consequências. Carta de preposição: modelo.
4. Provas: requerimento e produção de cada espécie de prova. Modelos e exercícios.
5. Recurso ordinário: procedimento, modelo e exercícios.
6. Recurso de revista: procedimento, modelo e exercícios.
7. Liquidação: modelos e exercícios.
8. Execução. Procedimentos. Modelos e exercícios.
9. Recursos na execução. Modelos e exercícios.
10. Dissídio coletivo: procedimento. Modelo.

OBSERVAÇÃO:

A execução dos programas de Prática Forense compreenderá: Orientação prática. Elaboração de petições. Questionários. Presença em audiências, com apresentação de relatórios. Visitas a Cartórios.

COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO

COORDENADOR: *OSÍRIS ROCHA*

DEPARTAMENTO DE DIREITO PÚBLICO

CHEFE: *PROF. PAULO NEVES DE CARVALHO*

SUBCHEFE: *PROF. ALOÍZIO GONZAGA DE ANDRADE ARAÚJO*

DEPARTAMENTO DE DIREITO E PROCESSO CIVIL E COMERCIAL

CHEFE: *PROF. ALBERTO DEODATO MAIA BARRETO FILHO*

SUBCHEFE: *PROF. JACKSON ROCHA GUIMARÃES*

DEPARTAMENTO DE DIREITO E PROCESSO PENAL

CHEFE: *ARIOSVALDO DE CAMPOS PIRES*

SUBCHEFE: *JOSÉ BARCELOS DE SOUSA*

DEPARTAMENTO DE DIREITO DO TRABALHO E INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO

CHEFE: *PROF^a. ELZA MARIA MIRANDA AFONSO*

SUBCHEFE: *PROF. NEY PROENÇA DOYLE*

* * * *

*

DEPARTAMENTO DE DIREITO PÚBLICO

PROFESSORES TITULARES:

Celso Cordeiro Machado
Orlando Magalhães Carvalho
Osíris Rocha
Paulo Neves de Carvalho
Raul Machado Horta
Washington Peluso Albino de Sousa

PROFESSORES ADJUNTOS

Adalmo de Araújo Andrade
Evamar Brito
Honório Silveira Neto
José Alfredo de Oliveira Baracho
José de Mesquita Lara
Sebastião Alves dos Reis
Walter Bruno de Carvalho

PROFESSORES ASSISTENTES:

Aloízio Gonzaga de Andrade Araújo
Ana Maria Ferraz Augusto
Arthur José de Almeida Diniz
Frederico Pardini
Gema Galgani Guerra
José Antônio de Vasconcelos Costa
José Fernandes Filho
Misabel de Abreu Machado Derzi
Paulo Tinoco
Ronald Magalhães de Sousa

AUXILIARES DE ENSINO

Pedro Paulo de Almeida Dutra
Sacha Calmon Navarro Coelho
Vicente de Paula Mendes

PROFESSOR COLABORADOR:

Cícero Dummont

DEPARTAMENTO DE DIREITO E PROCESSO CIVIL E COMERCIAL

PROFESSORES TITULARES:

Celso Agrícola Barbi

João Milton Henrique

Milton Fernandes

Wilson Melo da Silva

PROFESSORES ADJUNTOS:

Alberto Deodato Maia Barreto Filho

Hélio Costa

Jackson Rocha Guimarães

João Baptista Villela

José Edgard Amorim Pereira

Sálvio de Figueiredo Teixeira

PROFESSORES ASSISTENTES:

Dilvanir José da Costa

Hudson de Araújo Reis

Humberto Agrícola Barbi

José Costa Loures

Osmar Brina Correia Lima

Wille Duarte Costa

Wilson de Oliveira

AUXILIARES DE ENSINO:

Albertino Daniel de Melo

Aroldo Plínio

Artur Alexandre Mafra

Euler da Cunha Peixoto